

Os limites da política fiscal

ESTADO DE SÃO PAULO

24 NOV 1989

O futuro presidente da República encontrar-se-á diante de situação delicada para realizar uma política fiscal visando a reduzir o déficit público. Essa política exige, ao mesmo tempo, um aumento das receitas e uma redução das despesas, e está sempre na dependência de um orçamento que não foi elaborado pelo governo a tomar posse em março. Levando em conta tais limites, cabe analisar a posição dos dois candidatos que se enfrentarão no pleito de 17 de dezembro.

É interessante notar que em nenhum dos programas apresentados suscitou-se a questão de uma mudança de data de início do exercício financeiro (o ano fiscal), mudança que teria a grande vantagem de permitir ao novo presidente sugerir ao Congresso a aprovação de medidas que julgasse necessárias. A esse propósito, cabe recordar que tramita no Congresso projeto neste sentido apresentado pelo deputado Francisco Dornelles, o qual mereceria toda a atenção dos candidatos. Na realidade, se não se mudar o exercício financeiro — o ano fiscal poderia perfeitamente iniciar-se em

1º de julho —, o novo presidente terá de aceitar o orçamento de 1990, que de fato lhe permitirá administrar despesas equivalentes a nada mais do que 2,1% do PIB, quando o déficit operacional é estimado em 2,6% do PIB...

Sobre a questão, o candidato do PRN adota uma atitude ao mesmo tempo realista e voluntarista. Reconhece que uma alteração da tributação será legalmente inexecutável no próximo exercício, e acrescenta logo a seguir que ela seria indesejável. Pensa, porém, que é possível aumentar a arrecadação sem a necessidade de alterar a tributação. Com efeito, acredita que o combate à evasão e à sonegação fiscais deverá permitir um sensível aumento das receitas. Tal preocupação também se evidencia no programa do PT. Mesmo levando em conta que ambos os candidatos estão decididos a aumentar os "fiscais", mediante uma redistribuição do pessoal administrativo, temos de reconhecer que será muito difícil obter via fiscalização um aumento sensível da arrecadação a curto prazo.

Os dois candidatos pensam

numa revisão dos mecanismos da chamada "renúncia fiscal", isto é, subsídios e incentivos. O atual governo apresentou projetos neste sentido, que infelizmente foram ainda muito tímidos nos cortes. Ora, não será possível modificar a situação em 1990 se não houver uma mudança do exercício fiscal.

O programa de Luís Inácio Lula da Silva prevê um empréstimo compulsório sobre os ganhos de capital e grandes fortunas. Parece-nos que será impossível legalmente levantar tal empréstimo, pois nos termos da nova Constituição empréstimos compulsórios só podem ser lançados no caso de despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência, ou no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Neste último caso, não poderá ser aplicado no mesmo exercício em que foi instituído.

Do lado das despesas — que terão de respeitar o orçamento fixado —, o sr. Collor de Mello está propondo uma reforma administrativa que tornará mais eficien-

te o Estado, aumentando sua produtividade. Por outro lado, deixa claro que seria necessário distribuir melhor os encargos entre as unidades da Federação, já que houve uma transferência de recursos para os Estados e municípios, sem transferência de responsabilidades. O candidato do PT prefere não falar em redução de gastos. A opção privatizante do candidato do PRN permite prever um aumento das receitas sem impostos e, especialmente, um crescimento dos investimentos sem despesas suplementares. A opção do PT em favor de um Estado forte no plano econômico não terá os mesmos efeitos sobre a política fiscal. Seria pior para o País se algumas sugestões de membros do PT, como a estatização dos bancos, fossem adotadas.

Não pensamos que o novo presidente possa alterar muito o orçamento votado para 1990. Seria necessário que os candidatos definissem melhor quais sugestões pretendem propor ao Congresso para os exercícios seguintes, a fim de realizar uma política fiscal que certamente está longe, hoje, de ser realista e justa.